

## CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

ESTADO DE SÃO PAULO

COMISSÃO DE JUSTIÇA Relator: João Donizeti Silvestre PL 588/2025

Trata-se de PL de autoria dos Nobres Vereadores lara Bernardi, Fernanda Garcia e Rogério Marques, que "Dispõe sobre a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar por meio da educação alimentar e nutricional e da regulação da distribuição, comercialização e comunicação mercadológica de alimentos e bebidas nas unidades escolares das redes pública e privada de educação básica no município de Sorocaba".

De início, a proposição foi encaminhada ao Jurídico, para exame da matéria, quanto aos aspectos legais e constitucionais, que exarou **parecer favorável, com ressalvas.** 

Vem, agora, a esta Comissão de Justiça para ser apreciada, tendo o Presidente desta Comissão designado este relator, nos termos do art. 51 do Regimento Interno

Procedendo à análise, constatamos que o PL pretende estabelecer normas claras para a promoção da alimentação adequada e saudável no ambiente escolar, por meio da integração da educação alimentar e nutricional aos projetos pedagógicos, da regulação da comercialização e da comunicação mercadológica de alimentos nas unidades escolares.

Contudo, quando analisamos a iniciativa de algumas medidas, vemos que é inegável que a gestão técnica da matéria se daria por meio de órgãos do Executivo, especialmente nas escolas públicas municipais, sob a gestão da Secretaria da Educação, de modo que este PL incorreria em violação à Separação de Poderes (art., 2º, da CF e 5º, da CESP) no caso de fixação de regras de alimentação escolar. Neste sentido, a Lei Nacional nº 11.947, de 2009, que regulamenta o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, previu em seu arts. 11, 12 e 18 as competências técnicas de definição alimentar pelo próprio Poder Executivo, o que frustra as intenções normativas municipais por meio de PL de iniciativa parlamentar. Logo, opinamos pela inconstitucionalidade dos arts. 9º, 10º, 11º, 12 e 23 do PL.

Por seguinte, os art. 13, 14 e 15 do PL trazem de regras de propagandas comerciais, que são matérias consolidadas como de competência legislativa da União, conforme art. 22, XXIX, e art. 220 da CF, razão pela qual, também nos posicionamos contrariamente.

Por fim, o <u>art. 19 do PL</u> traz a referência da infração administrativa, nos termos das Leis Federais 6.437, de 1977 e 8.078, de 1990, sem prejuízo de outras responsabilidades civis, administrativas e penais, o que <u>gera uma redundância normativa</u>, posto que, de fato, se os sujeitos praticarem os atos previstos, eles já seriam responsabilizados com base nas legislações federais, de modo que, não há a necessidade de repetição na legislação municipal, até porque, o Município não dispõe de competência legislativa cível ou penal.

Por último, em relação às matérias em tramitação, observamos que estão em andamento os <u>PLs 142/2025, 337/2025 e 400/2025</u>, que tratam, em partes, de temas abordados neste PL, sendo **recomendável o apensamento**, nos termos do art. 139 do RIC.

Ante o exposto, opinamos pela inconstitucionalidade do PL 588/2025, especialmente nos arts. 9º, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 19 e 23 do PL 588/2025

S/C., 16 de setembro de 2025.

## GERVINO CLÁUDIO GONÇALVES Presidente

CRISTIANO ANUNCIAÇÃO DOS PASSOS Membro JOÃO DONIZETI SILVESTRE Relator



## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://sorocaba.camarasempapel.com.br/autenticidade utilizando o identificador 390038003200310034003A00540052004100

Assinado eletronicamente por Gervino Cláudio Gonçalves em 23/09/2025 16:01

Checksum: 9B5B536F4BDB473D79B2C8B82EB255C3AD10F7E1A70C9F3B0933C35F914131B4

Assinado eletronicamente por João Donizeti Silvestre em 23/09/2025 16:04

Checksum: 8AF9B36D9C447D05BFA10414A28D61065E55CF1E7E278C48CA423E301726DF65

Assinado eletronicamente por Cristiano Anunciação dos Passos em 26/09/2025 19:14

Checksum: F5DA96DC20E17534D8583068C141166972A147122DF8C3194C3501D3742866C1

